



Interpeleção Escrita

Alguns cidadãos pediram várias vezes à nossa equipa para fazer reflectir ao Governo as respectivas opiniões sobre uma vistoria obrigatória aos prédios com mais de 30 anos, servindo esta vistoria para identificar quais as obras a efectuar para prevenir infiltrações de água, desprendimento de betão e problemas com o envelhecimento estrutural dos prédios. Com o passar do tempo, e com os materiais antigos, a qualidade e os métodos de construção daquela altura, esses prédios antigos transformaram-se numa “bomba-relógio” para a sociedade. A lei vigente não estipula qualquer obrigatoriedade para se efectuar uma vistoria aos prédios, pelo que muitos proprietários não sabem que têm o dever de a efectuar. Em relação às partes comuns dos prédios, isso deve ser aprovado pela associação de condóminos, e as despesas de reparação devem ser pagas por todos os proprietários, contudo, muitos desses prédios antigos não criaram a respectiva associação de condóminos, muitas fracções estão arrendadas e outras estão à espera das políticas de reconstrução que o Governo vai implementar e, mesmo que os proprietários conheçam os seus deveres, não o fazem por todas as razões apontadas e é por isso que não efectuam a manutenção dos prédios, afectando assim todo o desenvolvimento do mercado imobiliário, o que, conseqüentemente, vai fazer com que os residentes tenham dificuldades em encontrar uma casa.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

Alguns cidadãos pediram-me para questionar a Administração sobre o seguinte: o Governo sempre afirmou que ia ajudar os residentes a resolver o problema da dificuldade em conseguir uma casa, mas o Governo também deve saber que o planeamento do uso dos terrenos e a respectiva construção levam o seu tempo. Mais, a política de renovação urbana ainda se encontra na fase de discussão. Então, com todos esses problemas, como é que se pode concretizar a política de “habitação para todos, bem-estar para todos”, bem como atingir o grande objectivo de se construir uma cidade propícia para viver? Os cidadãos sugerem ao Governo que se altere, com a maior brevidade possível, as respectivas leis e regulamentos, obrigando os proprietários a efectuarem vistorias e obras de manutenção aos seus prédios com mais de 30 anos, no intuito de resolver atempadamente os referidos problemas, elevando assim a qualidade e o tempo de vida útil dos prédios, caso contrário, isso vai levar a que os residentes dos bairros antigos fiquem sem casa para habitar, porque não conseguem comprar casa devido aos valores exorbitantes, e depois vão ter de pedir uma habitação social ou económica ao Governo, aumentando assim a pressão no mercado imobiliário.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Alguns cidadãos pediram-me para questionar a Administração sobre o seguinte: o Governo sempre afirmou que ia ajudar os residentes a resolver o problema da dificuldade em conseguir uma casa, mas o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

Governo também deve saber que o planeamento do uso dos terrenos e a respectiva construção levam o seu tempo. Mais, a política de renovação urbana ainda se encontra na fase de discussão. Então, com todos esses problemas, como é que se pode concretizar a política de “habitação para todos, bem-estar para todos”, bem como atingir o grande objectivo de se construir uma cidade propícia para viver? Os residentes sugerem ao Governo que se altere, com a maior brevidade possível, as respectivas leis e regulamentos, obrigando os proprietários a efectuarem vistorias e obras de manutenção aos seus prédios com mais de 30 anos, no intuito de resolver atempadamente os referidos problemas, elevando assim a qualidade e o tempo de vida útil dos prédios, caso contrário, isso vai levar a que os residentes dos bairros antigos fiquem sem casa para habitar, porque não conseguem comprar casa devido aos valores exorbitantes, e depois vão ter de pedir uma habitação social ou económica ao Governo, aumentando assim a pressão no mercado imobiliário. O que é que a Administração tem a dizer sobre isto?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,

Mak Soi Kun

28 de Novembro de 2018

3/3

IE-2018-11-28 Mak Soi Kun (P) LML-MMC